

Comunicado de imprensa: Proposta do Governo de Orçamento Regional para 2020 mostra que “para o PS nem todos contam”

A proposta de Orçamento do Governo Regional para 2020 demonstra que, para o PS, “nem todos os açorianos contam”. Paulo Mendes, deputado do BE, acusa o PS de apresentar medidas que são “só para alguns”.

Numa intervenção sobre o Orçamento da Região para 2020, Paulo Mendes enunciou alguns daqueles que não encontram resposta às suas necessidades nas medidas propostas pelo PS: os trabalhadores com rendimentos mais baixos, os precários do sector privado e da administração pública, os jovens com formação superior que têm que saltar de programa de estágio em programa estágio à procura de estabilidade, os jovens que pretendem constituir família mas que têm dificuldade em aceder a habitação devido aos elevados preços do arrendamento, os idosos que trabalharam a vida inteira e agora têm uma pensão de miséria, e os utentes que desistem por uma consulta no Serviço Regional de Saúde.

“Entre os que realmente contam e os que ficam à margem, o saldo é evidente, estas são propostas incapazes de entrar em rutura com as políticas que têm perpetuado as desigualdades sociais impregnadas na nossa Região”, disse Paulo Mendes.

Para tentar mudar o rumo da política do Governo Regional, o BE vai apresentar propostas para dar resposta a cada uma destas situações, como a redução do IRS, o aumento do salário mínimo regional, o fim dos apoios às empresas que tenham como finalidade estabelecer contratos precários, a criação de uma bolsa de arrendamento público a preços acessíveis constituído inicialmente por 100 casas, a criação de uma rede pública de creches que será gratuita até ao 4º escalão do IRS, o aumento de 15 euros para as pensões mais baixas, e o reforço do investimento no Serviço Regional de Saúde, com mais profissionais que possam reduzir as listas de espera e reduzir as despesas com convenções com o sector privado.

Paulo Mendes considera especialmente gravosas as medidas que o PS propõe neste Orçamento nas áreas da Saúde e Segurança Social.

Na Saúde, a redução das despesas correntes indicia um desinvestimento nos profissionais, mantêm-se os défices nos hospitais, as unidades de saúde de ilha terão menos 1 milhão de euros, e o centro de oncologia terá menos 50 mil euros. “Enfim, manter-se-ão as dificuldades operacionais que, para o PS, afinal, não passam de lamúrias”, disse Paulo Mendes, recordando as recentes declarações públicas do deputado Dionísio Faria e Maia, do PS.

Quanto à Segurança Social, Paulo Mendes não compreende que “numa Região marcada pela pobreza e desigualdades sociais” o PS reduza “2 milhões de euros na área da segurança e ação social”.

26 de novembro de 2019
